PRÓTON / AEB
CSP - Doc. nº 4941/13

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
AEB
AGÊNCIA ESPACIAL BRASILEIRA

CONSELHO SUPERIOR

ATA RESUMIDA DA TRIGÉSIMA SEGUNDA REUNIÃO ORDINÁRIA

Brasília, 2 de julho de 1999

Local: Sala de Reunião do Conselho - AEB

DOC CSP 11/99
RESERVADO

O Presidente iniciou os trabalhos da Trigésima Segunda Reunião do Conselho Superior da AEB apresentando o novo Diretor-Geral, Brig. Daniel Borges Netto, a quem convidou para sentar-se à mesa. Da mesma forma, convidou igualmente a Ministra Kátia Gilaberte (representando o Emb. Ruy Vasconcellos do gabinete do MEPE), o Cel José Luciano de Santos Cruz Oliveira (representando o C. Alte. Olavo Amorim de Andrade, do EMFA), o Sr. Fredmar Corrêa (representando o Dr. José Carlos de Carvalho, do MMA) e o Dr. Oskar Klingl (representando o Dr. Marcio Barbosa, do MCT) a se sentarem à mesa.

Em seguida, o Presidente referiu-se à recente criação do Ministério da Defesa, transformando os Ministérios militares em Comandos, e suas conseqüências na representação institucional no Conselho Superior. Tendo em vista que os integrantes do CSP devem representar Ministérios, informou haver celebrado reunião prévia com os representante militares para considerar esta situação. Naquela ocasião, considerou a sugestão do MEPE no sentido de que o CSP tomasse nota da criação do Ministério da Defesa e se instituísse Grupo de Trabalho por eles composto a fim de propor solução para o tema, o que pode demandar mudança da lei 8854, de 10 de fevereiro de 1994. A esse propósito, enfatizou o papel desempenhado pelo Ministério da Aeronáutica, que tinha efetivo interesse no setor espacial, e às suas atribuições legais na área (mapeamento, CNS/ATM, etc). Presidido pelo Brig. Reginaldo, o Grupo elaboraria Exposição de Motivos que seria encaminhada ao Presidente da República.

Após a aprovação da agenda da 32ª Reunião do CSP, foi considerada a Ata da 31ª Reunião Ordinária do CSP. A esse respeito, o Presidente informou que, na parte relativa a "telecomunicações por satélite e Sistema ECO", estava sendo confeccionado anexo especial para atender às solicitações dos representantes do setor industrial e do MCT no sentido de se transcrever a íntegra das apresentações técnicas da equipe do Ministério das Comunicações e dos debates que a elas se seguiram. Aduziu que, tão logo disponível, o anexo seria distribuído entre os membros do Conselho.

Ainda na consideração da Ata da 31ª Reu. Ord., o representante do setor industrial solicitou que, na página 3 deste documento, a expressão "Por sua vez, a AIAB enviou carta para a PROSPACE cancelando a reunião" fosse alterada, para "Por sua vez, a AIAB enviou carta para a PROSPACE transferindo a reunião para o segundo semestre de 1999". O Conselho aprovou a modificação.

Também na discussão do mesmo item, o Presidente referiu-se ao projeto alemão de satélite-escola e solicitou orientação sobre o tema ao representante do MEC.

SINDAE – O Presidente assinalou que o representante do setor industrial sugeriu a criação de um Grupo de Trabalho para elaborar as normas de funcionamento do SINDAE. Essa proposta era particularmente bem-vinda, uma vez que a área espacial deveria funcionar de maneira sistêmica, com um órgão central controlando um dos colegiados. Nesse sentido, indicou que um dos Diretores da AEB se encarregaria de elaborar a minuta, que seria submetida à aprovação posterior do Conselho.

O representante do setor industrial destacou que era urgente ativar o SINDAE, a quem caberia, no seu entender, criar um Grupo de Trabalho, bem como elaborar orçamentos e programas em interação com outras entidades.

Aprovou-se, por consenso, a proposta do Presidente de incumbir um dos Diretores da Agência de confeccionar projeto e entrar em contato com os demais membros do Conselho para consultas.

UNISPACE III *(INF CSP 07/99)* – O representante do MRE introduziu a consideração do tema pelo Conselho, referindo aos preparativos por parte do Governo brasileiro, desenvolvidos de forma satisfatória. Aludiu à confecção de "abstract" do documento nacional, que, por sua vez, estava praticamente terminado, dependendo apenas de pequenas alterações formais. Uma vez acabado esse processo, o documento nacional seria encaminhado para Viena. Solicitou receber os nomes dos representantes dos diversos Ministérios que iriam compor a delegação brasileira para a elaboração das cartas credenciais. O único a se manifestar, até então, foi o MCT. Assinalou que o Emb. Sérgio Duarte chefiaria a delegação do Brasil. Por fim, informou que o Grupo de Trabalho se encontrava elaborando as instruções para a nossa representação.

O Presidente elogiou o documento nacional, que fornecia retrato resumido e adequado das atividades espaciais brasileiras, e parabenizou o Grupo de Trabalho por haver desempenhado a contento sua missão.

PROGRAMA DE NORMAS E QUALIDADE PARA A ÁREA ESPACIAL – QUALIESPAÇO *(DOC CSP 08/99)* – Atendendo a convite do Presidente no sentido de comentar o documento, o representante do setor industrial assinalou que estavam sendo criadas normas, sob a

coordenação da ISO, com as quais seriam conduzidos e executados os programa espaciais no futuro. Assim sendo, a AEB criou Grupo junto à ABNT para desenvolver esse tipo de trabalho. Assinalou que, embora em ritmo pouco veloz, o Grupo executa atividade relevante. Elogiou o documento apresentado, que forneceria idéia adequada do tema relativo a normas e qualidade na área espacial. Informou que, atualmente, o Brasil é ouvinte da ISO, devendo transformar-se em membro pleno (com direito a voto) a partir do ano 2000. Aduziu que nosso país foi convidado a sediar reunião da ISO em 2001.

SISTEMA NACIONAL DE CERTIFICAÇÃO DE PRODUTOS NA ÁREA ESPACIAL – SINCESPAÇO *(DOC CSP 09/99)* - O Diretor do DTC referiu que a certificação representava sistema a ser criado na área espacial, embora já existisse no setor aeronáutico. Propunha criar Comissão composta por representantes do Conselho e outras entidades interessadas para elaborar proposta final sobre a constituição do sistema nacional de certificação de produtos na área espacial. No documento distribuído se sugere efetuar o levantamento dos instrumentos legais a serem levados em conta para a validação. Com essa exposição, foi encerrada a consideração do item.

PROPOSTA PARA O PPA 2000/2003 – Iniciando as deliberações sobre o tema, o representante do MOG expressou que o documento PPA 2000-2003 espelha o produto final das discussões mantidas com outros membros do Conselho sobre o programa espacial. Por questões operacionais, decidiu-se unificar o programa, orientação consagrada no documento elaborado. Manifestou sua satisfação com a estrutura da proposta, que seria oportunamente contemplada com recursos financeiros.

Atendendo a pergunta do Presidente, o representante do MOG afirmou que, como próximo passo desse exercício, cada representante sugeriria alocação de recursos com base na proposta de 1999, prevendo-se para o período coberto pelo plano (2000 a 2003) aumento de 10% ao ano.

Como conclusão, o Presidente expressou que a questão já havia sido amplamente debatida, havendo chegado a amadurecimento que aconselhava levar ao Ministro Ronaldo Sardenberg informações detalhadas que permitissem negociações sobre a proposta PPA 2000-2003.

APRESENTAÇÃO SOBRE O SETOR INDUSTRIAL - O Eng. Walter Bartels realizou exposição sobre o setor industrial. Referiu-se preliminarmente à necessidade de o MCT reverter para o setor nacional o volume de encomendas e contratos feitos à industrial estrangeira. Havia que se apoiar o setor produtivo brasileiro e o Governo, por intermédio do MCT, deveria dar sinal claro nesse sentido.

Em seguida, destacou as características mundiais do setor aeroespacial, marcado por sua natureza integradora, envolvendo atividades multidisciplinares. Ressaltou o papel

desempenhado pelos Governos no sentido de apoiar essas atividades por intermédio de distintas políticas de incentivos. Os Estados Unidos investiram US$ 38 bilhões nas áreas civil e militar; a França e a Alemanha US$ 6 bilhões cada um, e o Japão US$ 4 bilhões.

A especificidade do setor residiria no fato de que seus produtos não se encontram prontos e acabados. Ao contrário, devem ser produzidos depois de sua demanda ser definida, requerendo, portanto, a criação de tecnologias específicas. Assim sendo, na área aeroespacial há marcas, produtos e tecnologias próprias.

Abordou a questão da participação brasileira no setor. Informou que o Brasil licenciava aviões em países do Terceiro Mundo. O Brasil participava do maior programa de cooperação no eixo norte-sul – o projeto AMX, com a Itália – revelando estar preparado para os desafios da globalização. Aludiu à confrontação comercial com outros países enfrentada pelas empresas brasileiras que se destacavam. A esse respeito, ressaltou as conseqüências no setor da crise econômica nacional, ensejando a diminuição dos contratos governamentais, a perda de força de trabalho qualificada e, portanto, perdas na participação no mercado internacional.

Descreveu a linha de produtos – aviões, hicópteros, etc. – fabricados pelo setor, os quais são consumidos pelo mercado nacional, substituindo importações e fornecendo mercadorias de maior valor agregado. A esse propósito, destacou a elevada relação US$/kg do setor – US$ 50 mil/kg na área de satélites, por exemplo.

Ressaltou que o objetivo da área aeroespacial é aumentar sua participação no PIB, atingir volume de US$ 3,1 bilhões de exportações em 2002 e, nesse mesmo ano, crescer para 19 mil empregos. Assinalou que, a contrário de seu congênere norte-americano, o Governo brasileiro não apoiava as exportações de defesa. O faturamento do setor passou de US$ 805 milhões em 86 para US$ 1,7 bilhão em 1998.

Dentre os fatores críticos a serem resolvidos, sublinhou o restabelecimento das linhas de financiamento para o setor. No seu entender, liberam-se créditos cada vez menores para custear compras e encomendas. A Índia teria sido mais persistente e consistente em seu programa do que o Brasil, daí seu estágio de desenvolvimento mais avançado na área aeroespacial.

Por fim, referiu-se aos problemas de operacionalidade, uma vez que a lei. 8.666 não seria adequada para as necessidades da indústria aeroespacial. Por fim, defendeu a necessidade de maiores investimentos governamentais no setor.

Após agradecer a apresentação do Dr. Bartels, o Presidente afirmou que, quando foi criada em 1994, a AEB recebia R$ 80 milhões por ano, com crescimento projetado de 10% por ano. Em seguida, registraram-se problemas de tempestividade na liberação de créditos e a adoção de políticas governamental mais draconiana. Expressou que, se os cortes continuarem, os recursos acabarão sendo zerados brevemente, com o conseqüente encerramento do programa espacial. Afirmou receber corte de R$ 19 milhões, equivalentes a 50% de nossos recursos. Com relação ao tema das compras nacionais, sugeriu que se consultasse com a Min. Cláudia Costin para se preparar

legislação contemplando a questão. Dever-se-ia examinar as legislações congêneres dos demais países e analisar a questão com calma e profundidade para se propor conjunto adequado de normas mantendo o princípio da competitividade. Trata-se de questão cujo debate deveria continuar, no âmbito do CSP, com vistas à sugestão de novas políticas.

O Dr. Bartels reiterou sua postura de que o Governo brasileiro não compra na industria nacional. No seu entender, as compras nacionais não seriam levadas a sério no país.

O representante do MOG afirmou estar plenamente consciente das dificuldades na alocação de recursos para o setor espacial. Revelou estar trabalhando para resolver esta situação na próxima proposta orçamentária. Enfatizou que seu Ministério também lutava, por sua vez, contra grandes dificuldades, o que impedia a satisfação de todas as demandas. Solicitou mais informações sobre os problemas do setor aeroespacial para levar a seu Ministério.

OUTROS ASSUNTOS

- *RELATÓRIO PRELIMINAR SOBRE O GT 07/99 (Diretrizes Políticas e Operacionais) – INF CSP 08/99)* – O representante do MDIC informou haver celebrado reunião preliminar com a AEB e o setor industrial para tratar do tema das diretrizes políticas e operacionais da área aeroespacial. Nessa oportunidade, efetuou-se revisão do PNAE para identificar as áreas do programa a serem fortalecidas. Esse exercício revelou ser necessário, como atividade preliminar para proceder-se à regulamentação do SINDAE a fim de se complementar as atividades do GT. Expressou preocupação com o adensamento da cadeia produtiva do setor industrial. Sugeriu fosse revista a composição do GT para efetuar reuniões. Reiterou as diretivas constantes do relatório preliminar, assinalando, como conclusão, que o trabalho do GT deveria se complementar com o SINDAE.

O representante do setor industrial afirmou que a PNDAE e o PNAE são documentos de boa qualidade, mas que não têm sido executados como previsto. A esse propósito, reiterou queixa do empresariado nacional com relação às contratações realizadas pelo Governo brasileiro com a indústria estrangeira. Solicitou a atenção da AEB para esse problema.

Por sua vez, o representante do MAer expressou opinião convergente com a do representante do setor industrial. Nesse sentido, manifestou a sua preocupação com a questão das compras nacionais. Indicou que resoluções do DAC contêm cláusulas relativas à política de aquisições beneficiando a indústria nacional. Aduziu que sua instituição estava retomando a consideração do tema, tendo criado GT e setor específico no CTA para seu exame. Seu objetivo final seria repassar essa experiência para outros órgãos do governo. Reconheceu que a atual situação de escassez de recursos do Estado acarretava a necessidade de obter financiamentos que nem sempre tendem a beneficiar a indústria nacional. Informou que o MAer dispunha de cerca de US$ 200 a 300 milhões para compras. Ressaltou a importância do tema e destacou que todos os países tendiam a privilegiar sua produção nacional

O Presidente expressou que, no seu entender, a forma correta de se trabalhar este problema seria colocá-lo no PNDAE e no PNAE. Reconheceu que, nesses documentos, a política industrial está expressa de forma genérica, o que pode levar à necessidade de detalhá-la, para contemplar aspectos mais específicos do setor industrial. A esse propósito, expressou que o Conselho tinha competência para propor políticas, o que deveria ser conformado em documento consensual. Com base nessa manifestação, seria elaborada Exposição de motivos para o Presidente da República.

- *51ª REUNIÃO ANUAL DA SBPC* - O presidente referiu-se à 51ª SBPC, principal foro de debate científico do país. Informou que AEB participará com *stand* e palestras sobre setor espacial.

- *LE BOURGET* – O Presidente descreveu a participação da AEB no 43º Salão Internacional da Aeronáutica e do Espaço, em Le Bourget, na França, em junho de 1999, consistente em *stand* que expunha o PNAE. Referiu-se à coordenação entre a AEB e a INFRAERO, que também montou *stand* em Le Bourget. Em seguida, expôs as negociações mantidas com a CNES e a ESA, em Paris.

Com relação ao CNES, informou sobre a realização de reunião de trabalho, em 18 de junho, para analisar o estágio em que se encontrava a execução dos três projetos constantes do Acordo-Quadro de Cooperação. Indicou que o projeto de micro-satélite franco-brasileiro estava atrasado por causa da mudança de sua especificação. Expressou sua satisfação com o andamento do projeto de laboratório de qualificação de micro-propulsão de satélites, em Cachoeira Paulista. Da mesma forma, estavam sendo desenvolvidos a contento os trabalhos do GT Estratégico CNES – AEB relativos ao estudo inicial do sucessor do VLS. A esse respeito, assinalou que o GT chegara à conclusão de que a especificação para o projeto – satélite científico – seria a mais aconselhável.

Referiu-se, em seguida, à reunião mantida com representantes da ESA. Seu objetivo foi compartilhar informações sobre as reflexões européias referentes ao projeto de lançador VEGA. Mencionou que, segundo informação do Ministro de Ciência e Tecnologia de França, Claude Allegre, ao MEPE, era intenção européia alocar mais recursos para o Programa Galileu, com o objetivo de criar sistema de satélite para navegação alternativo aos norte-americano e russo, ambos de natureza militar.

O representante do MRE informou que acordo entre o Brasil e a ESA estava sendo ultimado, faltando apenas detalhes secundários. Em seguida, atendendo a solicitação do Presidente, discorreu sobre os entendimentos mantidos com o Governo norte-americano (Casa Branca e Departamento de Estado) sobre o Centro de Lançamento de Alcântara. Afirmou que, inicialmente, as autoridades estadunidenses eram contrárias à utilização do CLA para lançamentos de satélites de firmas norte-americanas porque os investimentos em Alcântara redundariam em benefício do programa de lançadores brasileiros. Revelou que as conversações em Washington abriram caminho para o equacionamento da questão, o que lhe permitia estar relativamente confiante quanto a um

encaminhamento positivo para os interesses brasileiros. Justificou sua postura de otimismo cauteloso afirmando que os entendimentos com Washington levariam tempo, ficando sempre sujeitos a considerações de política norte-americana. De qualquer maneira, caberia registrar evolução no pensamento das autoridades estadunidenses sobre o assunto. Aguardava-se proposta americana para dar início a conversas mais técnicas e criar as condições necessárias para o lançamento de satélites em Alcântara. Dessa forma, estaria aberto o caminho para permitir a rentabilidade comercial do CLA e seriam atendidas as preocupações norte-americanas de controle de proliferação de mísseis.

O representante do MAer expressou a preocupação de sua instituição quanto ao futuro do CLA. Mostrou documentos com fatos que deveriam, os quais merecer atenção do Conselho, por buscarem demonstrar que o CLA apresenta sérios problemas, que o programa espacial brasileiro não tem sentido e que o País devia comprar serviços dos EUA. Neles não foram registrados qualquer reconhecimento, por parte dos setores políticos locais, dos benefícios sociais produzidos pela base de Alcântara. Tais fatos foram: a) abertura de inquérito público, em 7 de junho, para investigar o processo de realocação de famílias em Alcântara; b) realização de seminário intitulado "A Base Social e Impasses Sociais", em Alcântara, de 11 a 14 de junho; c) Seminário sobre o CLA na Universidade do Maranhão, em 21 e 22 de junho, que levantou a questão dos quilombos em Alcântara; d) reportagem na revista "Veja", sobre o CLA, em 30 de junho; e) matéria do Correio Braziliense, também em junho, relativa ao cancelamento da MECB.

Sobre a questão, o Presidente informou haver sido alertado pela INFRAERO quanto à realização do Seminário em Alcântara, tendo enviado funcionário da AEB para o Maranhão a fim de averiguar a situação. Afirmou não haver problemas de quilombos na área de Alcântara, questão que já levara ao conhecimento da Dra. Dulce Pereira, da Fundação Palmares. Reconheceu a existência de problemas ambientais, de que já conversava com o Presidente do IBAMA. Esta autoridade se comprometeu a mandar técnico para comparecer a audiência pública. Adiantou que a AEB já mantinha contatos com o Prefeito de Alcântara e outras autoridades com vistas a ajudar a resolver os problemas existentes. Assinalou que o MEPE estaria disposto a voltar ao Maranhão para tratar desses assuntos com a Governadora Roseane Sarney. Afirmou pretender ir ao Maranhão e presenciar o próximo Seminário sobre o CLA. Aduziu, por fim, que a Advocacia Geral da União estava disposta a colaborar.

Por sua vez, o representante do MRE ofereceu nova visão do tema. Afirmou que, em alguns casos, os interesses de onde se originavam os documentos aludidos pelo representante do MAer não estavam dispostos a resolver os problemas de Alcântara, por não desejarem o desenvolvimento do programa espacial. No seu entender, estava claro que setores no Brasil questionavam a utilidade dos projetos relativos a foguetes. Como era previsível a continuidade dessas pressões contrárias, afigurava-se tarefa essencial desenvolver condições de se lidar com a

opinião pública quando for lançado o segundo protótipo do VLS para evitar que a exploração de eventual fracasso venha a comprometer nossas meritórias atividades espaciais.

O Presidente concordou com as ponderações do representante do MRE no que respeita à necessidade de conceder maior atenção ao GT de comunicação social para esclarecer adequadamente a opinião pública sobre o programa espacial. O representante do MAer manifestou-se no mesmo sentido, afirmando haver montado plano de comunicação social em Alcântara para propiciar esclarecimento da população local. A esse respeito, o Presidente afirmou que, havendo disponibilidade de recursos, pensava em abrir escritório da AEB em Alcântara. Por fim, expressou que o MEPE pretendia organizar um *brain storm* sobre o programa brasileiro de lançadores.

O representante do MEX confirmou o oferecimento de sua instituição para sediar, no Rio de Janeiro, a próxima reunião do Conselho. Essa proposta foi aprovada por unanimidade, ficando o Presidente de comunicar aos Conselheiros a data da 33ª Reunião Ordinária do CSP, que seria marcada na primeira quinzena de setembro.

Estiveram presentes à Reunião os Membros do Conselho Superior, representantes da Marinha (titular/suplente); do Exército (suplente); das Relações Exteriores (titular); da Fazenda (titular); da Agricultura e do Abastecimento (suplente); da Educação (suplente); da Aeronáutica (titular/suplente); do Desenvolvimento, Indústria e Comércio (titular); do Orçamento e Gestão (titular) e do Setor Industrial (suplente).

Luiz Gylvan Meira Filho
Presidente

Aprovada pelos Senhores Membros do Conselho Superior 33ª Reunião Ordinária, ocorrida em 21 de outubro de 1999.

Luiz Felipe Mendonça Filho
Secretário